

Aviso de Licitação na Modalidade Dispensa Eletrônica

Contratante: Prefeitura Municipal de Jales – Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Obras; Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano; Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária Abastecimento e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Esportes e Juventude; Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública; Secretaria de Desenvolvimento Econômico Cultura e Turismo; Secretaria de Fazenda e Planejamento; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Comunicação Social; Secretaria Municipal de Governo.

OBJETO

Visa-se o “**Registro de preços para eventual aquisição de Certificação Digital para assegurar aos Agentes Públicos, as assinaturas de processos digitais, empenhos, documentos diversos e a realização de prestação de contas a Órgãos de Controle Oficiais, feitos por diversos Setores do Município, conforme Termo de Referência - Anexo I**”.

MOTIVAÇÃO

A eventual aquisição visa garantir e assegurar as assinaturas digitais, quando necessário, aos mais diversos documentos que exigem ou podem utilizar a certificação digital, visando assim facilitar deslocamentos físicos, agilizando a assinatura de documentos de uma maneira mais ágil e simplificada, de forma totalmente online.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO

R\$ 14.010,00 (Quatorze mil e dez reais).

PERÍODO DE PROPOSTAS

De 22/03/2024 às 8:00 horas

Até 04/04/2024 às 8:00 horas

PERÍODO DE LANCES COM INÍCIO

DIA 04/04/2024 às 09:00 horas

COM ENCERRAMENTO DOS LANCES

NO DIA 04/04/2024 às 11:00 horas

PREFEITURA MUNICIPAL DE JALES-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

Rua 05 nº2266 - Centro | CEP: 15700-010 | JALES/SP | (17) 3622-3000 | licitacao.jales@gmail.com

Anexo do Aviso de Licitação na modalidade Dispensa Eletrônica, através do Sistema de Registro de Preços.

PROCESSO Nº 37/2024.

DISPENSA Nº 24/2024.

SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2024.

Torna-se público que o Município de Jales, por meio do Prefeitura Municipal de Jales – Gabinete do Prefeito; Secretaria Municipal de Obras; Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano; Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária Abastecimento e Meio Ambiente; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria; Municipal de Esportes e Juventude; Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Segurança Pública; Secretaria de Desenvolvimento Econômico Cultura e Turismo; Secretaria de Fazenda e Planejamento; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Comunicação Social; Secretaria Municipal de Governo. Realizará Dispensa Eletrônica, Sistema Registro de Preço, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, na hipótese do Art. 75, inciso II, § 6º do Art. 82 e Art. 83, 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o Decreto Municipal de nº 10.106, Art. 2º, inciso IV, de 04 de janeiro 2024, no que couber e não for contrário a Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: 04/04/2024 Link: (www.bllcompras.org.br)

Horário da Fase de Lances: 09:00 às 11:00 horas

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA

1.1. O objeto da presente Dispensa Eletrônica, Sistema de Registro de Preço, é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição, através do processo nº 37/2024, nº dispensa 24/2024, Sistema de Registro de Preço nº 07/2024, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seus anexos.

1.2. A contratação será pelo valor **Unitário do ITEM**, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Certificado digital tipo a1. E-cnpj padrão icp brasil. Extensão .pfx. Conforme especificações do termo de referência.	SV	4
2	Certificado digital tipo a1. E-cpf padrão icp brasil. Extensão .pfx. Conforme especificações do termo de referência.	SV	75
3	Certificado digital a3. E-cpf padrão icp brasil. Conforme especificações do termo de referência.	SV	21
4	Certificado digital tipo a3. 3-cnpj padrão icp brasil. Conforme especificações do termo de referência.	SV	4

1.2.3 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, Sistema de Registro de Preço, e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA - Sistema de Registro de Preço.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica, **Sistema de Registro de Preço**, se dará mediante Sistema integrante da plataforma BLL, disponível no endereço eletrônico (www.bllcompras.org.br).

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema da plataforma BLL, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de **Dispensa Eletrônica, Sistema de Registro de Preço**, e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo Econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica, Sistema Registro de Preço, se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso, encaminhará, exclusivamente por meio do sistema, através da plataforma BLL, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Anexo do Aviso de Dispensa de Licitação na Modalidade Eletrônica, Sistema de Registro de Preço**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. Com o cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, juntar as seguintes declarações:

3.9.1. A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.9.2. Que me enquadro na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

3.9.3. O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação constante no procedimento;

3.9.4. Que me responsabilizo pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que me comprometo a comunicar a esta municipalidade a ocorrência de qualquer fato superveniente impeditivo à habilitação;

3.9.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

3.9.7. Outras exigências previstas em Lei e constantes do sistema;

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da sessão seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das **09:00 horas** da data estabelecida neste Aviso de Dispensa Eletrônica, através de Sistema de Registro de Preço, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Dispensa Eletrônica, Sistema de Registro de Preço.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 1,00**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, **poderá haver a negociação de condições mais vantajosas**.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 dias, a contar da data de sua apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. Contiver vícios insanáveis;

5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos,

ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha **não** constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam abaixo e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances, no prazo máximo de até **24 horas** do término da fase de lances, sob pena de desclassificação.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) A prova da quitação de todos os tributos devidos às Fazendas Públicas Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede da Contratada, relativos à atividade em cujo exercício contrata;

b) A regularidade perante a Seguridade Social e ao FGTS;

c) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

d) A regularidade perante a Fazenda Federal;

e) Declaração Unificada da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, estando ciente e concordando com as determinações deste Edital de Dispensa Eletrônica, Sistema de Registro de Preço, e dando pleno atendimento aos requisitos de habilitação, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 10.106/24 e suas posteriores alterações, assegurando a inexistência de fatos supervenientes impeditivos, à habilitação e de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

6.2.1. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio dos documentos por ele juntados.

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso, e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

6.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será realizado o Ata de Registro de Preços e a Nota Empenho.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de **01 dia útil**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, Sistema de Registro de Preço.

7.3. O aceite na Ata de Registro de Preço ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Dispensa Eletrônica, Sistema de Registro de Preço, e seus anexos;

7.3.2. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica (Sistema de Registro de Preço), ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica (Sistema Registro de Preço), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03

(três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, anula a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e as normas municipais.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no site da Prefeitura Municipal e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.7. As normas disciplinadoras deste Aviso serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.8. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.9. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.10. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.11. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.11.1. Termo de Referência (Anexo I);

9.11.2. Modelo Declaração Unificada (Anexo II).

Jales, 20 de março de 2024.

LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA

Prefeito

TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)

1. OBJETO:

Aquisição de certificação digital, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal.

2. JUSTIFICATIVA:

A contratação de licenças para Certificação Digital, se faz necessária para assegurar aos Agentes Públicos, as assinaturas de processos digitais, empenhos, documentos diversos e a realização de prestação de contas a Órgãos de Controle Oficiais, feitos por diversos Setores do Município.

As justificativas de cada Órgãos Demandantes, foram obtidas através dos Documentos de Formalização de Demanda individuais, detalhados no item 7 deste Termo de Referência, como demonstrado na tabela abaixo:

ÓRGÃO DEMANDANTE	JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	TENDO EM VISTA QUE A VALIDADE DOS ATUAIS CERTIFICADOS DIGITAIS SE ENCONTRA PRÓXIMO DO TÉRMINO, FAZ-SE NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE NOVOS CERTIFICADOS COM VISTAS A ASSEGURAR A REALIZAÇÃO DE ASSINATURAS DE PROCESSOS DIGITAIS, ASSINATURAS DE EMPENHOS DIGITAIS E A REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS A ÓRGÃOS DE CONTROLE. A NECESSIDADE DE SUA CONTRATAÇÃO JUSTIFICA-SE TAMBÉM EM VIRTUDE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023, NO QUAL CONTRATA SERVIÇO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS, ONDE É EXIGIDO A CERTIFICAÇÃO DIGITAL.
FUNDO SOCIAL	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
CONSELHO TUTELAR	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO	A AQUISIÇÃO DO ITEM “CERTIFICADO DIGITAL” PARA O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO É MOTIVADA PELA SUA CAPACIDADE DE FACILITAR UMA VARIEDADE DE PROCESSOS DE FORMA TOTALMENTE ONLINE, ELIMINANDO A NECESSIDADE DE DESLOCAMENTOS FÍSICOS OU BUROCRACIAS EXCESSIVAS. O PRINCIPAL OBJETIVO DESTA SECRETARIA É A ASSINATURA DE DOCUMENTOS, E O CERTIFICADO DIGITAL TORNA ESSE PROCESSO MAIS ÁGIL E SIMPLIFICADO, OTIMIZANDO DIVERSAS OPERAÇÕES DO DIA A DIA.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	TENDO EM VISTA QUE A VALIDADE DOS ATUAIS CERTIFICADOS DIGITAIS SE ENCONTRA PRÓXIMO DO TÉRMINO, FAZ-SE NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE NOVOS CERTIFICADOS COM VISTAS A ASSEGURAR A REALIZAÇÃO DE ASSINATURAS DE PROCESSOS DIGITAIS, ASSINATURAS DE EMPENHOS DIGITAIS E A REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS A ÓRGÃOS DE CONTROLE. A NECESSIDADE DE SUA CONTRATAÇÃO JUSTIFICA-SE TAMBÉM EM VIRTUDE DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2023, NO QUAL CONTRATA SERVIÇO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS ELETRÔNICOS, ONDE É EXIGIDO A CERTIFICAÇÃO DIGITAL.
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	A AQUISIÇÃO DO CERTIFICADO DIGITAL A-1 SE FAZ NECESSÁRIO E É INDISPENSÁVEL PARA ASSINATURA DE PROJETOS, HABITE-SE E ALVARÁS, EMITIDOS PELA SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO, DOCUMENTOS ESTES QUE DEVERÃO SER ENCAMINHADOS PARA A RECEITA FEDERAL, O NÃO CUMPRIMENTO ACARRETERÁ EM MULTA PARA A MUNICIPALIDADE. CONSIDERANDO QUE O CERTIFICADO TEM PRAZO DE VALIDADE E ESTE ESTÁ EXPIRANDO, SOLICITAMOS A AQUISIÇÃO DO SERVIÇO PARA QUE OS TRABALHOS NÃO SEJAM INTERROMPIDOS.
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	A AQUISIÇÃO DO CERTIFICADO ABAIXO RELACIONADO DÁ-SE AO FATO DE EXISTIREM PROCESSOS QUE EXIGEM A ASSINATURA DIGITAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE, BEM COMO CONVÊNIOS E CONTRATOS FIRMADOS COM O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO E COM O GOVERNO FEDERAL.
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	FAZ-SE NECESSÁRIO A CONTRATAÇÃO DE NOVOS CERTIFICADOS COM VISTAS A ASSEGURAR A REALIZAÇÃO DE ASSINATURAS DE PROCESSOS DIGITAIS, ASSINATURAS DE EMPENHOS DIGITAIS E A REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS A ÓRGÃOS DE CONTROLE.
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CRAS	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CREAS	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CDI	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CAM	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CONSIDERANDO A GRANDE QUANTIDADE DE DOCUMENTOS QUE NECESSITAM DE ASSINATURA E VALIDAÇÃO (EMPENHOS, PRESTAÇÃO DE CONTAS SIOPE E SIOPS, ENTRE OUTROS), CONSIDERANDO A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE ASSINATURA DE FORMA DIGITAL E QUE A MESMA AGILIZARÁ TODO PROCESSO ADMINISTRATIVO, CONSIDERANDO A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA OM30 DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO E AS FUNCIONALIDADES QUE O MESMO PROPORCIONA NO SENTIDO DE ASSINATURA DIGITAL CONSIDERANDO O VENCIMENTO ANUAL DO REFERIDO CERTIFICADO FAZ-SE NECESSÁRIO A COMPRA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	O CERTIFICADO DIGITAL DO TIPO A1, E-CPF PERMITE A ASSINATURA VIRTUAL DE DOCUMENTOS COM OBJETIVO DE CONFIRMAR E IDENTIFICAR O ASSINANTE, SEJA ELE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA. CONTUDO ESTA SECRETARIA DE SAÚDE UTILIZA O CERTIFICADO DIGITAL VINCULADO AO CPF DA SECRETÁRIA DE SAÚDE A FIM DE POSSIBILITAR QUE A MESMA REALIZE SUAS OBRIGAÇÕES COMO GESTORA.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE	FAZ-SE NECESSÁRIA A AQUISIÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA ASSINATURAS DIGITAIS.
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	SOLICITAÇÃO É NECESSÁRIA DEVIDO USO DE ASSINATURAS DIGITAIS DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS NA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO, A FIM DE PROMOVER MAIOR CELERIDADE AOS PROCEDIMENTOS DE ROTINA.
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	CONSIDERANDO AS ATIVIDADES DESTA SECRETARIA, QUE BUSCA EFETIVIDADE E CELERIDADE AOS PROCESSOS, ALÉM DE ATENDER AS DIVERSAS DEMANDAS RELACIONADAS A CONVÊNIOS ESTADUAIS E FEDERAIS VISANDO À CONTEMPLAÇÃO DE NOVOS OBJETOS E RECURSOS. CONSIDERANDO QUE ALGUNS ÓRGÃOS EXIGEM QUE AS ASSINATURAS DEVEM SER DE FORMA DIGITAL. SENDO ASSIM, EXISTE A NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS PARA QUE NÃO PREJUDIQUE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR ESTA SECRETARIA.
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA	CONSIDERANDO QUE O CERTIFICADO DIGITAL É UM DOCUMENTO ELETRÔNICO QUE IDENTIFICA PESSOAS, MICROCOMPUTADORES E EMPRESAS NO MUNDO DIGITAL, PROVANDO SUA IDENTIDADE E PERMITINDO ACESSAR SERVIÇOS ON-LINE COM A GARANTIA DE AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E NÃO REPÚDIO. A AUTENTICIDADE GARANTE A AUTORIA DE UM DOCUMENTO, O ACESSO LEGÍTIMO A UM SISTEMA, ENTRE OUTROS. A INTEGRIDADE GARANTE QUE AS INFORMAÇÕES NÃO FORAM ALTERADAS SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO. O NÃO REPÚDIO IMPEDE QUE O AUTOR DO DOCUMENTO OU DA AUTENTICAÇÃO DO SISTEMA CONTESTE A SUA VALIDADE NEGANDO AUTORIA. CONSIDERANDO A VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSO E PROCEDIMENTOS, FAZ-SE NECESSÁRIO QUE A ESTÁ SECRETARIA RECORRA AO OBJETO PARA GARANTIR A AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E NÃO REPÚDIO DE SUAS ATIVIDADES, INFORMANDO, DE PRONTO, QUE OS CERTIFICADOS JÁ ESTÃO EM USO NESTA SECRETARIA. A AQUISIÇÃO DO CERTIFICADO DEVE-SE AO FATO QUE ESTE TIPO DE CERTIFICADO É EMITIDO PARA USO EXCLUSIVO DO DESTINATÁRIO E DE FORMA INTRANSFERÍVEL.
FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO

As justificativas dos quantitativos de cada Órgãos Demandantes estão descritos na tabela abaixo:

ÓRGÃO DEMANDANTE	JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	O QUANTITATIVO FOI DEFINIDO DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS QUE NECESSITAM DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL, PARA OS PRÓXIMOS 12 MESES.
FUNDO SOCIAL	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
CONSELHO TUTELAR	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO	A QUANTIDADE SE JUSTIFICA EM VIRTUDE DA SOLICITAÇÃO SE RESTRINGIR APENAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO, DADO QUE SUA ASSINATURA É UTILIZADA EM TODOS OS DOCUMENTOS E AUTORIZAÇÕES DA SECRETARIA. EM SITUAÇÕES QUE IMPOSSIBILITEM SUA PRESENÇA FÍSICA PARA ASSINATURAS, A AQUISIÇÃO DO CERTIFICADO DIGITAL RESOLVE O PROBLEMA DE MANEIRA EFICIENTE.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	O QUANTITATIVO FOI DEFINIDO DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS QUE NECESSITAM DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL, PARA OS PRÓXIMOS 12 MESES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	ESSAS QUANTIDADES FORAM APURADAS A PARTIR DA NECESSIDADE DOS FUNCIONÁRIOS QUE UTILIZAM O REFERIDO OBJETO DA CONTRATAÇÃO, SEUS PRAZOS DE VALIDADE E FUTURAS CONTRATAÇÕES QUE POSSAM OCORRER.
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	O QUANTITATIVO DOS CERTIFICADOS SOLICITADOS DÁ-SE PELO FATO QUE SERÁ ADQUIRIDO O E-CPF PARA A SECRETARIA SANDRA DE LIMA GIGANTE, VISTO QUE OS DEMAIS SERVIDORES QUE NECESSITAM DE CERTIFICADO DIGITAL POSSUEM OS SEUS COM VALIDADE DE 3 ANOS, PORTANDO NÃO HAVENDO NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO NESTE MOMENTO.
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	A QUANTIDADE SOLICITADA SE FAZ NECESSÁRIA TENDO EM VISTA QUE SÓ A SECRETÁRIA FAZ A UTILIZAÇÃO DOS CERTIFICADOS CONSIDERANDO O SERVIÇO QUE A MESMA EXECUTA.
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CRAS	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CREAS	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CDI	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CAM	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	O QUANTITATIVO FOI BASEADO NA NECESSIDADE DE DISPONIBILIZAÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL PARA EQUIPE GESTORA DE CADA UNIDADE ESCOLAR (DIRETORES, VICE-DIRETORES, COORDENADORES), FOI CONSIDERANDO TAMBÉM A EQUIPE PEDAGÓGICA, ASSISTENTE SOCIAL E PSICÓLOGO VINCULADOS A ESTA SECRETARIA. O CERTIFICADO SERÁ UTILIZADO NAS ROTINAS DO SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL (OM30), PRESTAÇÃO DE CONTAS SIOPE E SIOPS, ENTRE OUTROS FACILITANDO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DESTA SECRETARIA.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	FOI SOLICITADO APENAS UM CERTIFICADO, CONFORME ESPECIFICADO NO ITEM 2 DESCRITO NA TABELA ABAIXO, POIS SOMENTE A GESTORA NILVA GOMES RODRIGUES DE SOUZA ASSINA DIGITALMENTE DOCUMENTOS REFERENTES A ESTA SECRETARIA.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE	A QUANTIDADE ESTIMADA REFERE-SE AO ESTIMATIVO DE ANOS ANTERIORES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	AQUISIÇÃO DE 1 UM CERTIFICADO TIPO A1, COM A TITULARIDADE DE DOUGLAS EDUARDO CRUZ ZÍLIO, SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL DE JALES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	CONSIDERANDO QUE ESTÁ SECRETARIA É RESPONSÁVEL PELAS DEMANDAS RELACIONADAS A CONVÊNIOS E FORMALIZAÇÃO DE ACORDOS ATRAVÉS DE ÓRGÃOS ESTADUAIS E FEDERAIS ALÉM DE OUTRAS INSTITUIÇÕES, É IMPRESCINDÍVEL QUE A SECRETARIA TENHA 2 (DOIS) CERTIFICADOS DIGITAIS.
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA	CONFORME LEVANTAMENTO REALIZADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA, É CONSTITUIDA POR 3 (TRÊS) DEPARTAMENTOS, ONDE EXISTE AS NECESSIDADE DE USO DO CERTIFICADO DIGITAL PARA OS SERVIDORES LOTADOS NA MESMA PARA OBTER GARANTIA DE AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE NAS DEMANDAS DOCUMENTAIS. CONSIDERANDO O ENCERRAMENTO DA VALIDADE DOS CERTIFICADOS ATUAIS. A ESTIMATIVA VISA A UTILIZAÇÃO DO CERTIFICADO PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO DE FORMA LEGÍTIMA PROVANDO A IDENTIDADE DO AUTOR DO DOCUMENTO.
FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO

3. OBJETIVOS

O pretendido com essa contratação é assegurar as assinaturas digitais, quando necessário, aos mais diversos documentos que exigem ou podem utilizar a certificação digital, visando assim facilitar deslocamentos físicos, agilizando a assinatura de documentos de uma maneira mais ágil e simplificada, de forma totalmente online.

04. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Fundamentação Legal para a contratação está contida no inciso II, do artigo 75, a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e no inciso IV do Decreto Municipal nº 10.106, de 04 de janeiro de 2024.

5. DETALHAMENTO DO OBJETO

5.1. NATUREZA

A natureza do objeto desta contratação de acordo com o Grupo de Despesa é outros serviços de terceiros - pessoa jurídica, e será através de Registro de Preços, pois, destacamos que devido a especificidade do objeto, os serviços serão conforme a necessidade, que geralmente varia muito, dependendo do órgão, do fluxo de trabalho, do tipo de Prestação de contas que o Setor realiza e volume de uso de Certificação Digital. No Sistema através de Registro de Preços Administração realiza a aquisição conforme demanda e a disponibilidade orçamentária no momento.

5.2. QUANTITATIVO E UNIDADE DE MEDIDA

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA
1	098.001.001	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A1. E-CNPJ PADRÃO ICP BRASIL. EXTENSÃO .PFX. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	SV	4
2	098.001.002	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A1. E-CPF PADRÃO ICP BRASIL. EXTENSÃO .PFX. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	SV	75
3	098.001.003	CERTIFICADO DIGITAL A3. E-CPF PADRÃO ICP BRASIL. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	SV	21
4	098.001.004	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3. 3-CNPJ PADRÃO ICP BRASIL. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	SV	4

5.3. DESCRITIVO TÉCNICO DA CONTRATAÇÃO

A contratada deverá comprometer-se a prestar o serviço atendendo aos padrões de excelência em qualidade, de acordo com as especificações, e nas quantidades que forem solicitadas pelos órgãos demandantes, limitado as quantidades definidas no processo.

A contratada prestará o serviço, de forma fracionada, sem quantidade mínima, e de acordo com a emissão de pedido de compra dos órgãos demandantes da Contratante, que deverá conter, além das quantidades, o local do serviço, podendo ser em todo perímetro urbano do Município de Jales-SP, sem cobranças adicionais.

A contratada deverá estar disponível durante o horário de atendimento do paço municipal, que é das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00.

O prazo de execução do serviço será suspenso às 17:00, após o termino do horário de funcionamento, retomando a contagem às 07:30, no dia seguinte, quando a contagem do prazo for em horas.

A contratada se responsabiliza por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e comerciais decorrentes da execução do objeto.

A contratada se responsabiliza por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto, inclusive transporte, salários, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações civis e quaisquer outras que forem pertinentes a execução do objeto.

Os certificados digitais, no modelo A1, deverão possuir validade mínima de 01 (um) ano, já os modelos A3, deverão possuir validade mínima de 03 (três) anos. Os certificados digitais, no modelo A3, deverão ser do tipo "token".

A contratada deverá dispor de duas formas o modo de realização das entrevistas necessárias para a emissão dos certificados, sendo elas, por meios digitais, através de videoconferência, com plataforma fornecida pela contratada, ou por entrevista presencial, a ser realizada em local previamente acordado no momento do pedido de compra, que deverá ser dentro do perímetro urbano de Jales.

A contratada deverá manter o serviço de certificação disponível em regime de 24 (vinte e quatro) horas e 7 (sete) dias por semana.

A contratada deverá disponibilizar o instalador e documentação técnica em língua portuguesa. O prazo para o agendamento da entrevista, após a emissão do pedido de compra, não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas, sendo a entrevista agendada em até 5 (cinco) dias úteis.

Para os serviços descritos será necessário que a empresa seja uma agência Certificadora Credenciada.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E METODOLOGIA ADOTADA

O quantitativo estimado da contratação segue a tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	098.001.001	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A1. E-CNPJ PADRÃO ICP BRASIL. EXTENSÃO .PFX. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	SV	4	133,33	533,32
2	098.001.002	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A1. E-CPF PADRÃO ICP BRASIL. EXTENSÃO .PFX. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	SV	75	95,00	7.125,00
3	098.001.003	CERTIFICADO DIGITAL A3. E-CPF PADRÃO ICP BRASIL. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	SV	21	245,00	5.145,00
4	098.001.004	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3. 3-CNPJ PADRÃO ICP BRASIL. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA	SV	4	301,66	1.206,64
VALOR MÉDIO TOTAL				R\$ 14.009,96		

** O valor médio pode ser observado na Cotação nº330/24 (anexo).

A metodologia de apuração das estimativas de preços, ocorreram através de pesquisa de mercado realizada nos moldes do art. 5º do Decreto Municipal nº 10.107, de 4 de janeiro de 2024, e do § 2º do art. 4º do Decreto Municipal nº 10.105, de 4 de janeiro de 2024, e devidamente autuadas no processo, através do Ofício nº 14/2024 – Compras (anexo).

7.ORGÃO DEMANDANTE

Os órgãos demandantes desta aquisição estão especificados na tabela abaixo.

ÓRGÃO DEMANDANTE	Nº DFD	QUEM FEZ O DFD
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	19/2024	SILVANA LÍCIA PEREIRA DOS SANTOS

FUNDO SOCIAL	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
CONSELHO TUTELAR	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO	84/2024	LANA LIMA OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	70/2024	EDIMUNDO DOS SANTOS MARTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	21/2024	DÉBORA APARECIDA AMBROSIO NICOLAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	160/2024	FREDERICO HENRIQUE BEZERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	196/2024	MARIZA DE OLIVEIRA PEREIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CRAS	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CREAS	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CDI	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CAM	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	174/2024	EVERTON JUNIO DOS SANTOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	88/2024	SILVIA MARIA ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE	38/2024	RENATO BIGOTTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	16/2024	MARCOS ALEXANDRE RODRIGUES DA SILVA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	18/2024	ELIMAEAL ALVES JARDIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA	56/2024	BEATRIZ RENESTO FAILE
FUNDO ESPECIAL DOS BOMBEIROS	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO	NÃO PARTICIPA DESTE PROCESSO

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da contratação correrão por conta das Dotação Orçamentária discriminada abaixo:

ITEM	ÓRGÃO DEMANDANTE	QUANTIDADE	FICHA	FONTE	CÓDIGO DE APLICAÇÃO	NATUREZA DE DESPESA
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	1	742	1	310.000	3.3.90.39.00

2	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E JUVENTUDE	1	908	1	110.000	3.3.90.39.00
1	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	1	238	1	110.000	3.3.90.39.00
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	1	238	1	110.000	3.3.90.39.00
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	3	238	1	110.000	3.3.90.39.00
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CULTURA E TURISMO	1	97	1	110.000	3.3.90.39.00
1	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	2	200	1	110.000	3.3.90.39.00
2	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	10	200	1	110.000	3.3.90.39.00
3	SECRETARIA MUNICIPAL DA	3	200	1	110.000	3.3.90.39.00

	FAZENDA E PLANEJAMENTO					
4	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	2	200	1	110.000	3.3.90.39.00
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E SEGURANÇA PÚBLICA	8	971	1	110.000	3.3.90.39.00
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1	931	1	110.000	3.3.90.39.00
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	2	955	1	110.000	3.3.90.39.00
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1	333	1	500.000	3.3.90.39.00
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	21	613	1	220.000	3.3.90.39.00
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	16	649	1	212.000	3.3.90.39.00
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	13	504	1	220.000	3.3.90.39.00
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE	2	579	1	110.000	3.3.90.39.00

	EDUCAÇÃO					
1	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	1	27	1	110.000	3.3.90.39.00
2	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	5	27	1	110.000	3.3.90.39.00
3	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	5	27	1	110.000	3.3.90.39.00
4	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	2	27	1	110.000	3.3.90.39.00
2	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	2	276	1	110.000	3.3.90.39.00

9. PRAZO DA CONTRATAÇÃO E POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses ou até a execução integral dos serviços, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10. JULGAMENTO DA CONTRATAÇÃO

O critério de julgamento deverá ser o MENOR PREÇO POR ITEM, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A Contratada deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica de acordo com os Pedidos de Empenhos recebidos, atentando pela quantidade, valor, órgão demandante e nº do Pedido de Empenho.

As Notas Fiscais Eletrônicas devem ser encaminhadas para os e-mails dos órgãos demandantes, sendo de inteira responsabilidade da Contratada o controle de recebimento das mencionadas Notas Fiscais Eletrônicas por parte dos órgãos da Contratante.

Após a conferência das informações contidas na solicitação, o fiscal setorial da contratação deverá atestar os serviços executados que estejam em conformidade com a contratação para o gestor da contratação liberar o pagamento dos mesmos.

Compete ao órgão fazendário municipal a realização dos pagamentos da contratada, que se dará no prazo de 30 dias corridos da efetiva liquidação do empenho.

Para efeito de controle, A Contratada, ao emitir Nota Fiscal Eletrônica, deverá fazer constar na mesma o nome completo da pessoa para o qual o Certificado foi emitido.

12. LOCAIS DE ENTREGA E/OU PRESTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A prestação dos serviços, por parte da contratada deverá ocorrer de duas formas distintas, tanto por meio digital, quanto presencial, este último será destinado aos endereços descritos no momento do pedido de compra e poderá ser em todo o perímetro urbano do Município de Jales.

13. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Gestão da contratação será realizada pelos Secretários Municipais dos Órgãos Demandantes.

A Contratante irá designar, através de ato do Prefeito, os gestores e os fiscais setoriais de cada Órgão.

A contratação se trata de aquisição de bens e serviços comuns, de baixa complexidade, onde os fiscais setoriais já possuem capacidade técnica para desempenhar as atividades, dispensando assim a necessidade de designação de fiscal técnico e administrativo para o processo.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, portanto, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Fornecer os produtos para a prestação dos serviços, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, de acordo com as exigências constantes neste documento.

Emitir documentos fiscais no valor pactuado, apresentando-as ao CONTRATANTE para ateste e pagamento.

Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto contratado.

Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto.

Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar, desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos serviços/materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento do objeto.

Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados na recarga conforme solicitado, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como manter o estabelecido neste Termo de Referências.

Manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do serviço contratado.

Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Acompanhar e fiscalizar os serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados, se estiverem em desacordo com a especificações contidas tanto em Edital quanto neste Termo de Referências, e da proposta de preços apresentada pela CONTRATADA.

Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos serviços solicitados.

Conceder prazo, na forma deste documento, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes, quando aplicável.

Disponibilizar local adequado para a realização do serviço quando o mesmo for presencial.

16. COMPATIBILIDADE COM O PCA

A pretendida contratação está prevista no Plano de Contratações Anual, nos termos do Decreto Municipal nº 10.113, de 4 de janeiro de 2024, como demonstrado abaixo:

Nº DO ITEM	IDENTIFICADOR NO PCA	QUANTIDADE A SER CONTRATADA	QUANTIDADE PREVISTA NO PCA
2	2.3332	1	1
2	2.3333	1	1
1	2.3334	1	1
2	2.3335	1	1
3	2.3336	3	3
2	2.3337	1	1
1	2.3338	2	2
2	2.3339	10	10
3	2.3340	3	3
4	2.3341	2	2
3	2.3342	8	8
2	2.3343	1	1

3	2.3344	2	2
2	2.3345	1	1
2	2.3346	52	52
1	2.3347	1	1
2	2.3348	5	5
3	2.3349	5	5
4	2.3350	2	2
2	2.3351	2	2

17. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Não se aplica ao objeto desta contratação.

18. SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto especificado neste Termo de Referência.

19. VISITA TÉCNICA

Não se aplica ao objeto desta contratação.

20. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Não se aplica ao objeto desta contratação.

21. QUEM FEZ O TERMO DE REFERÊNCIA

VANESSA CRISTINA VICENTIM

Divisão de Planejamento Orçamentário

22. AUTORIZAÇÃO

ADEMIR MASCHIO

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

Jales/SP, 11 de março de 2024.

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (ANEXO II)

À
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (razão social da proponente),
DECLARO sob as penas da Lei Federal nº. 14.133/2021 e suas alterações:

I A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II Que me enquadro na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação constante no procedimento;

IV Que me responsabilizo pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

V Que me comprometo a comunicar a esta municipalidade a ocorrência de qualquer fato superveniente impeditivo à habilitação;

VI O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

VII Outras exigências previstas em Lei e constantes do sistema;

(Assinatura)

(Nome do representante legal da empresa proponente)

-----, ---- de ----- de 2.024.

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu (s) representante (s) legal (is) e/ou procurador (es) devidamente habilitado(s).